

## **Aspectos da relação da economia com a vivência cristã: O dinheiro deve servir e não governar\***

**Aspects of the relationship of the economy to the Christian life:  
The money must serve and not rule**

**Robson Ribeiro de Oliveira Castro\*\***

### **Resumo**

Este artigo analisa de argumentos do Magistério da Igreja que se embasam na vivência cristã e na formulação de uma Doutrina Social da Igreja até hoje com o Papa Francisco. Os papas desde Leão XIII colocam o homem como protagonista e agente. Observamos que vários pontífices têm lutado contra a desigualdade social e acumulação de capital. Buscaremos passar por alguns aspectos como a questão do trabalho e as transformações históricas. Com essas questões, analisamos a formação da família, ambiente de relacionamento humano, frente às dificuldades e à mercê da desigualdade social. A ganância do ser humano, sua vontade por poder acima de qualquer circunstância e o enriquecimento como meta, tudo isso deixa de lado valores cristãos e prioritariamente humanos. Assim, tentaremos analisar como as famílias organizam e a cultuam falsos

---

\* Artigo recebido em 10/03/2016 e aprovado para publicação em 23/05/2016.

\*\* Graduado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Pós-graduado *lato sensu* em Direito Matrimonial Canônico, pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro. Pós-graduando *lato sensu* em História e Cultura do Brasil pela Faculdade Estácio de Sá. Mestrando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE em Belo Horizonte. E-mail: [robsonrcaastro@yahoo.com.br](mailto:robsonrcaastro@yahoo.com.br).

ídolos. Desta forma encontramos indivíduos que estão mais preocupados com o enriquecimento material do que com as relações humanas.

**Palavras-chave:** Doutrina Social da Igreja. Magistério. Economia. Mercado. Teologia.

## **Abstract**

This article analyzes the Church's Magisterium arguments rest on the Christian life and the formulation of the Catholic Social Teaching to date with the Pope Francis. Popes since Leo XIII put the man as protagonist and principal agent. We note that several pontiffs have fought against social inequality and capital accumulation. We seek to go through some aspects such as the question of work and the historical transformations. With these questions, we analyze the formation of the family, human relations environment in the face of difficulties and at the mercy of social inequality. The greed of man, his will power up any circumstance and enrichment goal, all this leaves aside Christians and priority human values. So, we will try to analyze how families organize and worship false idols. Thus we find people who are more concerned with enriching material than with human relations.

**Keywords:** Catholic Social Teaching; Magisterium; Economy; Market; Theology.

## **Introdução**

O homem, sempre interessado em lucros, busca pautar sua vida em envolvimento cada vez mais lucrativos. A sociedade, com sua disputa por melhoria de vida e bens de consumo, faz do homem escravo de sua necessidade. A competição desenfreada por qualidade de vida a todo custo faz dos seres humanos meros fantoches das empresas e do mercado.

A Igreja Católica sempre se mostrou atenta a esta questão, principalmente quando via a necessidade de uma intervenção frente aos problemas sociais e as dificuldades dos homens diante da forma como eram tratados.

Historicamente a Igreja sempre se posicionou e, como parte da organização e das relações sociais, nunca se insere no mundo com força, mas sempre apresentando opiniões a respeito das mazelas da sociedade.

Faz-se necessário observar a transformação do mundo através das formas de trabalho e também das dificuldades frente aos tipos de vida e

da sociedade. Não podemos descontextualizar os problemas sociais e as desigualdades dos seus desdobramentos histográficos. De fato, vamos observar o empenho de alguns papas para serem ouvidos e para que a mudança social acontecesse e o homem fosse o objetivo da vivência cristã e do bem-estar social, em vez de uma mera sociedade de consumo.

Não podemos servir a dois senhores, conforme a Sagrada Escritura. Isso é um chamado a reorganizar nossa vida frente ao mercado que escraviza cada vez mais e não se preocupa com os que sofrem pelas dificuldades. Deus nos chama a ser mais humanos e cristãos, para tanto os sumos pontífices desde Leão XIII até Francisco se preocupam em relatar sua insatisfação a respeito dos problemas humanos e da desigualdade social, onde o lucro e o enriquecimento estão acima das relações harmoniosas de trabalho e família.

Diante disso, se faz necessário uma vivência humana de economia. Não que a economia não seja boa para o mundo, mas que não seja uma economia pensada no lucro, na acumulação de bens e de capital, uma economia que faz do trabalho algo que leva a escravização e a desonestidade.

Buscaremos apresentar questões relativas a esses temas tanto a partir da Sagrada Escritura, quando a partir do Magistério da Igreja, como também em outros textos relacionados ao tema da economia frente às mudanças sociais e seu papel enquanto bem para todos nós.

## **Os documentos pontifícios e a formulação de uma Doutrina Social da Igreja<sup>1</sup>**

O primeiro papa a entrar nestas questões sociais e tecer opinião sobre os abusos e problemas no trabalho humano foi o papa Leão XIII (1878-1903), pois os trabalhadores enfrentavam grandes problemas em sua época. Com o início da Revolução Industrial, o papa viu a necessidade manifestar sua opinião na Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 15 de maio de 1891. Esta encíclica, sobre a condição dos operários, foi tão importante para o início dos trabalhos da DSI que outros papas sempre lançaram documentos em datas comemorativas à publicação desta.

Em suma, de forma bem singular, a *Rerum Novarum* foi importante, pois "sua preocupação é a de defesa da integridade física e moral dos trabalhadores contra os excessos do capitalismo, e contra a insurgência socialista" (GASDA, 2011, p.68). Em defesa dos homens e buscando uma análise da forma que se levava o dia-a-dia de trabalho, no ano de 1931 o papa Pio XI (1922-1939) lança a encíclica *Quadragesimo anno*, comemorando o quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Este documento alerta, entre tantos assuntos, que a Igreja é contra o aumento de salários apenas para colocar o homem como refém monetário

---

<sup>1</sup> A partir de agora quando falarmos de Doutrina Social da Igreja, usaremos a sigla DSI.

É portanto contra a justiça social diminuir ou aumentar demasiadamente os salários em vista só das próprias conveniências e sem ter em conta o bem comum; e a mesma justiça exige, que em pleno acordo de inteligências e vontades, quanto seja possível, se regulem os salários de tal modo, que o maior número de operários possa encontrar trabalho e ganhar o necessário para o sustento da vida (*Quadragesimo anno*, II, n. 4, C).

Diante deste cenário se observa que o homem não deve acumular bens, mas trabalhar para viver e manter sua família com dignidade. Com Pio XI o trabalho começa a ser visto como algo que é necessário para o bem social, porém passou de algo bom para a sobrevivência para algo individualista.

Pio XII (1939-1958), sucessor de Pio XI, assume seu pontificado no início da Segunda Guerra Mundial e enfrenta dificuldades e problemas com o avanço nazista que massacrava o solo europeu. É importante ressaltar a dignidade da pessoa humana, que no período de guerra é negligenciada, os massacres e problemas sociais ficam aflorados diante da desigualdade social e problemas de cunho político e a busca por poder. Encontramos aqui em Pio XII uma luta para manter a integridade do homem, pois a todos é dado o direito de usufruir da criação de Deus e de seus bens, desde que de maneira consciente e humanitária.

Com essas transformações e com as constantes mudanças no cenário mundial que ocorreram principalmente na primeira metade do século XX na Europa, devemos atentar para o que escreve o papa João XXIII (1958-1963). Este papa, eleito apenas para ser um papa de transição, pois já estava com a idade bem avançada, foi um dos mais importantes para o século XX, devido a sua atuação constante e de grande ajuda no desenvolvimento social e político da igreja, além é claro, do Concílio Vaticano II. Mas o nosso foco aqui será na sua encíclica *Mater et Magistra*, de 15 de maio de 1961, que tem como foco a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Esta elabora uma questão importante e afirma:

A justiça há de respeitar-se, não só na distribuição da riqueza, mas também na estrutura das empresas em que se exerce a atividade produtiva. Na verdade, exige a natureza que os homens, no exercício da atividade produtiva, encontrem possibilidade de empenhar a própria responsabilidade e aperfeiçoar o próprio ser. Por isso, quando as estruturas, o funcionamento e o condicionalismo de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem sistematicamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste, tal sistema é injusto, mesmo se, por hipótese, a riqueza nele produzida alcança

altos níveis e é distribuída segundo as regras da justiça e da equidade (*sic*). (*Mater et magistra*, 82-83)

Tal documento seria mencionado em inúmeros outros, como por exemplo as encíclicas *Pacem in Terris*, *Populorum Progressio* e *Humanae Vitae*. Para tanto João XXIII frisa a importância do trabalhador e não do trabalho, como é assinalada por Élio Gasda: “o valor do trabalho deve ser determinado por um critério mais importante: a vida do trabalhador. O mercado não pode erigir-se como critério supremo de regulação do valor do trabalho” (GASDA, 2011, p.86).

Com o findar do pontificado de João XXIII assume o papa Paulo VI que tem a tarefa de terminar o Concílio Vaticano II. Ao fim do Concílio, em um dos documentos, mais precisamente na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, encontramos aspectos importantes para nossa discussão, pois coloca o homem no centro.

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história (GS, 1).

É de suma importância entender o parágrafo citado para que possamos ver os desdobramentos que virão. O documento coloca o homem no centro e demonstra preocupação com a dignidade humana, principalmente pelo fato de viver em uma sociedade individualista e apenas voltada para o lucro e acumulação de capital.

Outro ponto que poderia ser mencionado é quando a *Gaudium et Spes* assinala a questão do respeito à dignidade humana: “Também na vida econômico-social se deve respeitar e fomentar a dignidade da pessoa humana, a sua vocação integral e o bem de toda a sociedade. Pois o homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômico-social” (GS 63). De fato a *Gaudium et Spes* é importante para entender o pensamento dos padres conciliares e a relevância da vivência cristã pautada na ética longe das mazelas do capitalismo e acumulação de capital.

O papa João Paulo II tem uma excelente contribuição para a DSI, com três documentos: a encíclica *Laborem Exercens* sobre o trabalho humano no 90º aniversário da *Rerum Novarum*, publicada aos 14 de setembro de 1981; a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* pelo vigésimo aniversário da *Populorum Progressio*, lançada aos 30 de dezembro de

1987 e; a *Centesimus Annus*, promulgada em 1 de maio de 1991, para marcar o centenário da Encíclica *Rerum Novarum*. Essas três publicações formam uma "trilogia magna do ensino social" (GASDA, 2011, p.105), que dará mais visibilidade ao mundo contemporâneo mediante ao individualismo e a economia de mercado.

João Paulo II se preocupa com os trabalhadores, por ter vindo de uma região pobre da Polônia e visto a realidade dos trabalhadores sofrendo com seus problemas e a opressão nas fábricas.

João Paulo II faz uma denúncia da coisificação do trabalho e do trabalhador, que converteu o trabalho humano em mercadoria. A primazia do sujeito criador, através do trabalho, sobre o objeto produzido, explica o erro antropológico fundamental provocado pelo economicismo" (GASDA, 2011, p.106).

Assim, o homem se vê refém do trabalho, tendo que ser submetido a condições que dificultem o seu bom desempenho e o bem estar de todos, refletindo na família. O documento *Laborem Exercens*, coloca também o homem como protagonista da vida cristã e das relações, não deixando de lado as questões econômicas, mas atentando para a vida do trabalhador. Para tanto, Élio Gasda afirma que "o trabalho é um dos contextos mais ricos para captar a complexidade dos condicionamentos e inter-relações que perpassam a existência humana" (GASDA, 2011, p.109), pois o trabalho é estritamente humano, e que faz a distinção do ser humano com o resto das criaturas criadas por Deus.

Com esta afirmação, é possível vislumbrar o desejo do papa em que o homem e seu trabalho são necessários para a sociedade, mediante um trabalho saudável e que proponha relações sociais também saudáveis para todos. Porém, para que isso ocorra, precisamos entender a relação entre trabalho e crescimento econômico, além de saber a diferença em receber o salário justo e enriquecer de forma desenfreada. Aqui cito de forma importante e que nos dá base para entender tal questão que já é colocada no prólogo da *Laborem Exercens*:

é mediante o trabalho que o homem deve procurar-se o pão cotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os próprios irmãos. E com a palavra trabalho é indicada toda a atividade realizada pelo mesmo homem, tanto manual como intelectual, independentemente das suas características e das circunstâncias, quer dizer toda a atividade humana que se pode e deve reconhecer como trabalho, no meio de toda aquela riqueza de atividades para as quais o homem tem capacidade e está predisposto pela própria natureza, em virtude da sua humanidade. Feito à imagem e semelhança do mesmo Deus no universo visível e nele estabelecido para que dominasse a terra, o homem, por

isso mesmo, desde o princípio é chamado ao trabalho. O trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas, cuja atividade, relacionada com a manutenção da própria vida, não se pode chamar trabalho; somente o homem tem capacidade para o trabalho e somente o homem o realiza preenchendo ao mesmo tempo com ele a sua existência sobre a terra. Assim, o trabalho comporta em si uma marca particular do homem e da humanidade, a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas; e uma tal marca determina a qualificação interior do mesmo trabalho e, em certo sentido, constitui a sua própria natureza (*Laborem Exercens*, prólogo).

Para que possamos viver de forma ética, consciente e valorizando principalmente as relações humanas, longe aos problemas do capital e do enriquecimento ilícito, devemos fazer uma leitura atenta desses documentos do Magistério, para que tenhamos uma economia voltada para o homem e desvincilhada dos grilhões da escravização monetária. O trabalho é algo importante para o desenvolvimento humano, tanto social, quanto econômico, porém não deve ser uma escravização para o homem, que se preocupa em salário e bens de consumo, sem dar atenção ao relacionamento humano e a família.

### **“Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24)**

Todos os anos, principalmente no seu início, vivemos grandes expectativas, de um ano melhor que o anterior, porém chegamos em determinado momento em que a Igreja nos promove uma reflexão sobre a vida e muitas vezes nem prestamos a atenção. Em 2010, o tema da Campanha da Fraternidade (CF-2010) foi “Economia e Vida” e o lema, “Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24).

A Campanha da Fraternidade de 2010 foi uma das Campanhas Ecumênicas proposta pelo CONIC<sup>2</sup> (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

---

<sup>2</sup> O CONIC foi fundado em 1982. Define-se como uma associação fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador. Sua missão é servir às Igrejas cristãs no Brasil, na vivência da comunhão em Cristo, na defesa da integridade da criação, promovendo a justiça e a paz para a glória de Deus. Atualmente, fazem parte do CONIC: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia. Essas Igrejas desejam inserir-se com esta Campanha em um contexto histórico e ecumênico mais amplo. O ano de 2010 marca o centenário do grande encontro missionário que as Igrejas da Reforma realizaram em Edimburgo, na Escócia. Foi lá que os povos destinatários da missão pediram aos missionários de Igrejas diferentes que se unissem primeiro para facilitar o acolhimento do Evangelho. Isso se tornou um impulso marcante para o movimento ecumênico que, mais tarde, em 1948, irá gerar o Conselho Mundial de Igrejas – CMI, hoje composto por mais de 340 Igrejas. No Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica Romana proclamou também a necessidade do trabalho ecumênico. Hoje, embora não seja membro pleno do Conselho Mundial de Igrejas, participa na sua Comissão Fé e Constituição, atua em trabalhos conjuntos com esse organismo (como, por exemplo: na organização da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos) e faz parte de vários Conselhos Ecumênicos Nacionais. A reflexão desta Campanha tem ligação com a proposta de AGAPE (Alternative Globalization Addressing Peoples and Earth – Globalização Alternativa Dirigida aos Povos e à Terra), processo iniciado pelo Conselho Mundial de Igrejas desde a Assembleia Geral realizada em Harare

do Brasil) que, naquele ano, tinha as seguintes igrejas como membros: a Igreja Católica Apostólica Romana; a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil; e a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia.

A terceira campanha da fraternidade realizada de forma ecumênica traçou como objetivo geral:

Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão (CONIC, 2009, *Apresentação*, p.9).

Devemos nos aproximar mais de uma vivência cristã e não de uma vivência mundana, pois assim conseguiremos fazer da nossa sociedade uma sociedade de homens e mulheres que trabalham em favor do bem comum. Para esta vivência de bem comum precisamos apresentar questões importantes sobre este assunto que são elucidada no texto-base da campanha da fraternidade de 2010.

O Bem Comum abrange a existência dos bens necessários para o desenvolvimento da pessoa e a possibilidade real de todas as pessoas de ter acesso a tais bens. Isso requer o empenho social e o desenvolvimento de grupos e das pessoas individualmente, implicando a existência de paz, estabilidade e a segurança de uma ordem justa. Bem Comum é diferente de Interesse Geral. Interesse geral não distingue cada pessoa, no grupo. Considera apenas o coletivo. Pode subentender o sacrifício de alguns (usualmente o mais fraco), em consideração a outros, e gerar, em determinados casos, exclusão social. O Bem Comum envolve todos os membros da sociedade, ninguém sendo isentando de cooperar, participar e desenvolver, de acordo com as possibilidades específicas de cada um (CONIC, 2009, n.5-6).

Por isso devemos estar atentos à disposição do bem comum e à questão da fraternidade. A fraternidade é expressão de uma antropologia segundo a qual nós seres humanos somos todos irmãos, membros de uma única família que gozam dos meus direitos e deveres, além de termos a condição assegurada da dignidade. Decorre daí, como consequência ética,

---

(1998). Essa proposta continua mobilizando as Igrejas depois de novo impulso dado pela Assembleia do CMI, realizada em 2006 aqui no Brasil, em Porto Alegre, com o lema "Deus, em tua graça, transforma o mundo!". Em 2010, o CONIC e o CMI vão avaliar também o trabalho da Década para Superar a Violência (2001-2010). Todas essas atividades e eventos são sinais do compromisso das Igrejas com a transformação da realidade social. Esse compromisso é visto como uma exigência fundamental da fidelidade ao projeto de Deus, à proposta do Evangelho, ao seguimento de Jesus (cf. CONIC, 2009, p. 13-14).

que esta dignidade deve ser reconhecida em cada ser humano e, principalmente, seus direitos fundamentais, respeitados e promovidos por todos.

Para tanto esta campanha foi proclamada de forma ecumênica e fez menção aos aspectos econômicos para que todas as igrejas pudessem seguir os ensinamentos de Jesus: "Não acumuleis para vós tesouros na terra, onde as traças e os vermes arruínam tudo, onde os ladrões arrombam as paredes para roubar. Mas acumulai para vós tesouros no céu" (Mt 6,19-20a).

Além disso, colocou, em outros objetivos, a sua intenção de:

1. Sensibilizar a sociedade sobre a importância de valorizar todas as pessoas que a constituem.
2. Buscar a superação do consumismo, que faz com que o "ter" seja mais importante do que as pessoas.
3. Criar laços entre as pessoas de convivência mais próxima, em vista do conhecimento mútuo e da superação tanto do individualismo como das dificuldades pessoais.
4. Mostrar a relação entre fé e vida, a partir da prática da Justiça, como dimensão constitutiva do anúncio do Evangelho.
5. Reconhecer as responsabilidades individuais diante dos problemas decorrentes da vida econômica, em vista da própria conversão (CONIC, 2009, n.18).

A atividade econômica é o âmbito fundamental para a promoção e o exercício da fraternidade. O tema tem inegável pertinência e atualidade, pois é no âmbito das relações econômicas que se apresentam as oportunidades mais concretas para viver de modo efetivo a fraternidade. Assim, devemos ter a consciência de que não se deve permanecer apenas nas mãos de alguns o poder econômico, como sublinha a *Gaudium et Spes*:

O desenvolvimento econômico deve permanecer sob a direção do homem; nem se deve deixar entregue só ao arbítrio de alguns poucos indivíduos ou grupos economicamente mais fortes ou só da comunidade política ou de algumas nações mais poderosas. Pelo contrário, é necessário que, em todos os níveis, tenha parte na sua direção o maior número possível de homens, ou todas as nações, se se trata de relações internacionais. De igual modo, é necessário que as iniciativas dos indivíduos e das associações livres sejam coordenadas e organizadas harmonicamente com a atividade dos poderes públicos (GS 65).

Esta questão é importante, pois as ameaças cada vez mais evidentes contra a vida humana, também estão relacionadas diretamente com causas econômicas. Como não podia deixar de ser, a prevenção desses riscos depende da reorientação das atividades econômicas. Tal

decisão é muito difícil, pois deve-se pensar nas relações pessoais e também nas questões de relação sócio-política. Aqui menciono o texto-base da Campanha da Fraternidade de 2010

Toda a vida econômica deveria ser orientada por princípios éticos. A medida ética fundamental para qualquer economia é um sistema que deveria criar reais condições de segurança e oportunidades de desenvolvimento da vida de todas as pessoas, desde os mais pobres e vulneráveis. Em contraposição, a discussão dominante nas recorrentes crises do capitalismo se restringe a estas questões: "Que correções importa fazer para salvar o capitalismo e regular os mercados? Quanto posso ganhar com o menor investimento possível, no lapso de tempo mais curto e com mais chances de aumentar o meu poder de competição e de acumulação?" Não importa se isso leva à destruição da natureza e torna sistêmica a miséria de muitas famílias. A economia não é uma estrutura autônoma. Ela faz parte das prioridades políticas. As políticas econômicas e as instituições devem ser julgadas pela maneira delas protegerem ou minarem a vida e a dignidade da pessoa humana, sustentarem ou não as famílias e servirem ao bem comum de toda a sociedade. A sociedade, incluindo a ação governamental, tem a obrigação moral de garantir oportunidades iguais, satisfazer as necessidades básicas das pessoas, e buscar a justiça na vida econômica (CONIC, 2009, n.26).

Diante de tal projeto, o objetivo primordial é tentar construir novas relações, com a intenção de acabar com as violações da dignidade e dos direitos humanos, não deixando que os valores se invertam. Devemos ter consciência que Deus é o princípio de tudo e promotor da vida.

Uma economia baseada no individualismo e na acumulação de bens materiais afasta-se radicalmente do projeto de Deus, expresso em toda a Bíblia. Deus quer o bem de todos – não se poderia esperar outra coisa de alguém que é Pai, que cria todas as coisas por amor. Uma economia que ignore esse fundamento religioso não estaria só negando o sentimento religioso de nosso povo. Seria também inaceitável até para as pessoas de boa vontade, que não pertencem a nenhuma denominação religiosa, mas que se percebem como membros de uma grande e única família humana, que entendem que não há alternativa: ou vivemos solidariamente como irmãos ou seremos todos infelizes num mundo trágico (CONIC, 2009, n.71).

Mas o que temos de mais importante? A vida ou a economia? Ou melhor, é a economia a serviço da vida ou as vidas estão à disposição da economia? Esse questionamento pode ser facilmente compreendido, mas será que conseguimos extrair toda a mensagem que está inserida

nele? Para entender o que o Magistério da Igreja nos apresenta, cito o Compêndio da DSI:

A atividade econômica e o progresso material devem ser colocados a serviço do homem e da sociedade; se a eles nos dedicarmos com a fé, a esperança e a caridade dos discípulos de Cristo, a própria economia e o progresso podem ser transformados em lugares de salvação e de santificação (DSI, 2011, n.326).

Para elucidar tal relação entre religião e economia, é preciso pensar a questão de como esta relação acontece e como elas estão interligadas. A relação entre religião e economia é muito mais ampla do que imaginamos. Para tanto, muito estudiosos fazem disto um divisor de águas, pois não concordam que cada uma deve ficar no seu ambiente de estudo.

A economia trataria das questões materiais da vida humana, enquanto que a religião deveria se dedicar exclusivamente a questões espirituais e/ou da salvação da alma. [...] esta separação radical reduz a religião, e no nosso caso as igrejas cristãs, a um papel muito pequeno na sociedade, pois a grande maioria das questões sociais tem relação com a economia. [...] por parte da economia, esta separação dá a sensação de emancipação em relação às doutrinas religiosas e à ética atingindo o objetivo de fazer da economia um campo autorregulado, isto é, sujeito somente às regras da própria economia, sem intervenção ou regulação por nenhum sistema externo, como política, ética ou religião (SUNG, 2011, p.577-578).

O lema da Campanha de 2010 é extraído do Evangelho, no qual Jesus adverte contra o apego ao dinheiro, que pode tornar-se um empecilho para acolher de coração livre e desimpedido o reino de Deus: este é o bem supremo para o ser humano. Ele assevera: "Não podeis servir a dois senhores porque, ou odiareis a um e amareis ao outro; ou vos apegareis a um e desprezareis ao outro. Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro" (Lc 16,13).

Importante ressaltar que Jesus inaugura um novo jeito de se fazer economia, ou melhor, uma economia cristã, misericordiosa, longe do enriquecimento e das cobranças de impostos:

Os discípulos de Jesus propuseram ao mundo uma grande revolução econômica, talvez a maior testemunhada na antiguidade. Nascida do seio das comunidades cristãs como fruto da convivência fraterna, era introduzida no mundo greco-romano uma economia diferente. A economia do Império Romano era resultado de política fiscal, se fundava sobre os impostos. Sua destinação era, sobretudo, a

manutenção do complexo aparato burocrático e do amplo sistema militar. A economia cristã se baseava na distribuição da riqueza e era destinada a socorrer os segmentos mais vulneráveis da vida civil e social, geralmente não atendidos pelo Estado. O ideal das primeiras comunidades cristãs era a partilha solidária dos bens, de modo que não houvesse ninguém que passasse necessidade (CONIC, 2009, n.94).

O amor servil ao dinheiro, chamado de avareza, transforma o homem em um idôlatra, levando a sacrificar tudo, mesmo os valores éticos, a saúde e a própria dignidade, para acumular bens. De fato, Cristo repudiava os que viviam suas riquezas e não se deixava levar por isso.

As riquezas realizam a sua função de serviço ao homem quando destinadas a produzir benefícios para os outros e a sociedade. Elas são um bem que vem de Deus: quem o possuir, deve usá-lo e fazê-lo circular, de sorte que também os necessitados possam fruir; o mal está no apego desmedido às riquezas, no desejo de açambarcá-las (DSI, 2011, n.329).

A fraternidade e a solidariedade deveriam ser a base para que a comunidade cristã se sentisse bem e em harmonia, pois temos que deixar de ser participantes de uma sociedade excludente, onde as classes sociais são bem determinadas e se fecham em seus grupos, impedindo a interação entre os homens. Sobre solidariedade é importante ressaltar que:

A solidariedade quer promover uma nova cultura política para a construção de uma economia que atenda às necessidades dos cidadãos em todos os níveis e respeite as exigências de conservação da natureza. A ação contra a exclusão está intimamente associada ao objetivo de recriar e recompor laços sociais, laços de humanidade. É, portanto, um caminho de contracultura em relação à cultura do enriquecimento com exploração, da acumulação que provoca a carência de muitas pessoas e do consumismo egoísta e materialista que coloca em risco a vida na Terra. A solidariedade aumenta nossa sensibilidade aos aspectos específicos da dor e da humilhação de outros seres humanos. Alarga o sentido tipicamente social da vida humana e ensina a privilegiar o "nós" em lugar do "eu", ensina a ver em pessoas estranhas, companheiros de sofrimento e esperança (CONIC, 2009, n.90).

Assim encontramos um capitalismo fortemente enrijecido, que não abre espaço para os mais necessitados.

A Bíblia apresenta Deus como senhor e doador dos bens da Criação: "Do Senhor é a terra e suas riquezas, o mundo e

seus habitantes” (Sl 24,1 e 1Cor 10,26). É Deus quem entrega a terra aos seres humanos. Nós a recebemos para nela viver um tempo e passá-la às gerações futuras. “Darei em propriedade perene a ti e à tua descendência depois de ti, a terra das tuas migrações” – diz Deus a Abraão (Gn 17,8). A Deus são oferecidas as primícias da terra como ato de culto e reconhecimento de seu direito como senhor de tudo (Dt 26,10). A criação não é propriedade dos seres humanos, mas os seres humanos pertencem à criação e a criação é de Deus. Sendo de Deus, ela deve servir igualmente a todos os seus filhos e filhas. Que Pai ficaria contente vendo um filho se apropriar de tudo que é da família e deixando os irmãos na miséria? (CONIC, 2009, n.77).

A sociedade, muitas vezes, se esquece da igualdade social, não se importando com o outro. Somos todos dependentes, constituímos uma “família humana”, sendo assim, todos somos responsáveis por nossos irmãos e irmãs. Diante de tal responsabilidade, não podemos negar a responsabilidade da igualdade social e dos direitos do ser humano.

Na sociedade de mercado, paga-se pela troca de bens e serviços. Vende-se e compra-se. Não se doa e não se agradece. Ao pagar é liquidada qualquer dívida. A sociedade de mercado nos afasta das raízes da árvore da vida, que são amor, dádiva, fraternidade e solidariedade. Tira-nos dos lábios o agradecimento e do coração o sentimento de gratidão. Mas não somos mercadoria, e nossa vida não depende dos bens que possuímos. “Não é pelo fato de um homem ser rico que ele tem a vida garantida pelos seus bens” (Lc 12,15) (CONIC, 2009, n.23).

Ser solidário é amar ao próximo, assim como está nos mandamentos de Deus. Na nossa sociedade a vida se tornou algo secundário, a falta de amor e o descompromisso com o bem-estar do outro, tem feito o homem se tornar escravo do seu trabalho, visando apenas o enriquecer, se esquecem de Deus e que Ele é o autor da vida e que no-la deu livremente. Esse presente é o que recebemos primeiro e o mais importante.

Jesus alerta quando afirma: “Cuidado! Guardai-vos de toda ganância; não é pelo fato de um homem ser rico que ele tem a vida garantida pelos seus bens” (Lc 12,15). E ainda, continua sobre o apego ao dinheiro: “O apego ao dinheiro de fato é a raiz de todos os males, pelo seu desejo desenfreado alguns se desviaram da fé” (1Tm 6,10). De fato encontramos aqui a afirmação de que o apego ao dinheiro é maléfico à vivência do cristão e sua forma de vida deve ser pautada no desapego às coisas materiais.

As organizações sociais e políticas estão diretamente ligadas à capacidade de cada um. Diante disso temos um poder centralizado. Todos

nós temos direitos iguais, independente do poder aquisitivo, ou de sua posição social. Porém o ser humano, muitas vezes, se deixa levar pela cobiça, o que não é digno. Devemos nos transformar diante das diferenças sociais e nos tornar mais humanos, ser testemunhas da verdade, que é Jesus Cristo, que veio humilde ao mundo, despojando-se de todas as riquezas, para assumir o projeto de Deus, que é igualdade para todos.

A ganância do ser humano em querer se enriquecer rapidamente transforma os valores, assim muitas vezes deixamos de pensar no que está acontecendo com as famílias, ou até mesmo com o meio ambiente. Desta forma encontramos, facilmente, indivíduos que estão mais preocupados com o enriquecimento material do que com as relações humanas.

O fenômeno do consumismo mantém uma persistente orientação para o "ter" mais que para o "ser". Ele impede de "distinguir corretamente as formas novas e mais elevadas de satisfação das necessidades humanas, das necessidades artificialmente criadas que se opõem à formação de uma personalidade madura" (*Centesimus Annus*, n.36). Podemos também encontrar isso quando a Campanha da fraternidade assevera:

O consumismo é fortemente induzido pela propaganda. Formou-se uma mentalidade de que quanto mais se consome mais se tem garantias de bem-estar, de prestígio e de valorização, já que na atualidade as pessoas são avaliadas pelo que possuem e não pelo que são. Muitas pessoas compram produtos e serviços sem necessidade, num processo de compulsão, para estar na moda, para mostrar que podem mais. Deixam de usar objetos comprados há algum tempo, não conseguem sair do centro comercial sem comprar algo, sentem-se mal quando alguém usa um objeto mais moderno que o seu. Muita violência praticada por adolescentes, mais vulneráveis, tem aí a sua origem. Pais passam necessidades para atender as exigências consumistas dos filhos. Nesse clima, cresce também um desprezo por aqueles que não conseguem usar o que está valorizado no momento. E, é claro, os produtos são rapidamente dispensados, considerados obsoletos pela propaganda, para dar lugar a um novo consumo. Isso não acontece por acaso, é estratégia de mercado. A cultura do descartável, além de poluir o planeta, cria uma mentalidade de substituição compulsiva em que nada deve ser "durável" (CONIC, 2009, n.63).

Esse consumismo coloca em voga o mercado que cresce desenfreadamente e leva as pessoas a comprar sem necessidade ou às vezes para aparentar pertencer a uma certa camada social ou mostrar algo para aqueles que estão à sua volta. Para melhorar isso é necessário um mercado mais promissor e consciente.

O uso do poder aquisitivo há de ser exercido no contexto das exigências morais da justiça e da solidariedade e de responsabilidades sociais precisas: é preciso não esquecer que “o dever da caridade, isto é, o dever de acorrer com o ‘supérfluo’, e às vezes até com o ‘necessário’ para garantir o indispensável à vida do pobre” (cf. DSI, n.359). O Catecismo da Igreja Católica afirma:

O desenvolvimento das atividades econômicas e o crescimento da produção destinam-se a ocorrer às necessidades dos seres humanos. A vida econômica não visa somente multiplicar os bens produzidos e aumentar o lucro ou o poder; ordena-se, antes de mais, para o serviço das pessoas, do homem integral e de toda a comunidade humana. Conduzida segundo métodos próprios, a atividade econômica deve exercer-se dentro dos limites da ordem moral e segundo as normas da justiça social, a fim de corresponder ao desígnio de Deus sobre o homem (CATECISMO, 2000, n.2426).

Fato de grande problemática e necessária reflexão são os objetos que o homem tem apego, ou melhor, a forma de se apegar à vida, pois quando a conta bancária é mais importante do que uma família feliz, encontramos aí uma inversão dos valores morais, éticos e cristãos. Nossa reação ao que temos e aos nossos bens nos revela quem realmente somos.

Na Sagrada Escritura, encontramos Jesus que alerta a todos a respeito de onde depositam seu tesouro: “Onde estiver o seu tesouro ali também estará o seu coração” (Mt 6,21). E onde está o nosso tesouro? Presos em nossos bens ou em Deus promotor e senhor da vida? E com o tema relacionando a economia e a vida, nos perguntamos: Qual o mais importante?

A Campanha da Fraternidade não deixa de lado os assuntos tratados pelos papas em seus documentos, principalmente a questão do trabalho. O documento do CONIC afirma:

A organização do trabalho permanece precária: temos trabalho escravo, trabalho informal, trabalho formal, subemprego, desemprego, trabalho sazonal e estratégias de sobrevivência derivadas da miséria e da fome. Predomina o trabalho informal, inseguro, instável e não protegido pela lei. As lutas dos trabalhadores, homens e mulheres, e os esforços dos sindicatos têm levado ao reconhecimento de direitos que muitas vezes, porém, acabam sendo ignorados. A eliminação permanente de postos de trabalho, as dificuldades de acesso ao emprego e o surgimento de novos processos de exclusão social, o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores e de suas penosas conquistas, desafiam o ideal de cidadania ligada ao trabalho. Os pobres devem inventar de tudo para sobreviver. Esse esforço

quotidiano do povo que organiza sofrendo o seu dia-a-dia é que produz o pão abençoado para sustentar a vida (CONIC, 2009, n.56).

Quando nos deparamos com pessoas que procuram o enriquecimento e isso se torna uma prioridade, os valores se invertem, não será economia a serviço da vida, mas vidas à disposição da economia. Desta forma, não haverá, por tanto, uma igualdade de oportunidades, mas sim um monopólio e uma ganância de alguns poucos sobre muitos. Neste cenário, o ser humano, deixa de existir, passando a ocupar o segundo lugar na sociedade, o mesmo acontece na relação com Deus, que é esquecido.

### **A vivência cristã frente à competição de mercado na DSI**

Uma das questões prioritárias na economia é o emprego dos recursos, isto é, de todos aqueles bens e serviços cujos sujeitos econômicos, produtores e consumidores privados e públicos, atribuem um valor para a utilidade destes inerentes no campo da produção e do consumo. Na natureza os recursos são quantitativamente escassos e isto implica, necessariamente, que cada sujeito econômico, assim como cada sociedade, deva elaborar alguma estratégia para empregá-los do modo mais racional possível, seguindo a lógica ditada pelo princípio de economia (cf. DSI, n.346).

O livre mercado é uma instituição socialmente importante para a sua capacidade de garantir resultados eficientes na produção de bens e serviços. Historicamente, o mercado deu provas de saber impulsionar e manter, por longo período, o desenvolvimento econômico (cf. DSI, n.347).

Ainda sobre isso, o livre mercado não pode ser julgado prescindindo dos fins que persegue e dos valores que transmite em nível social. O mercado, de fato, não pode encontrar em si mesmo o princípio da própria legitimação. Cabe à consciência individual e à responsabilidade pública estabelecer uma justa relação entre meios e fim (cf. DSI, n.348).

A DSI, ainda que reconhecendo ao mercado a função de instrumento insubstituível de regulação no interior do sistema econômico, coloca em evidência a necessidade de ancorá-lo à finalidade moral, que assegure e, ao mesmo tempo, circunscreva adequadamente o espaço de sua autonomia (cf. DSI, n.349).

O mercado assume uma função social e relevante nas sociedades contemporâneas, por isso é importante individualizar as potencialidades mais positivas e criar condições que permitam a sua concreta expansão. Os operadores devem ser efetivamente livres para confrontar, avaliar e escolher entre as várias opções, todavia a liberdade, no âmbito econômico, deve ser regulada por um apropriado quadro jurídico que a coloque a serviço da liberdade humana integral: a liberdade econômica é apenas um elemento da liberdade humana (cf. DSI, n.350).

Diante desta afirmação, podemos elucidar com uma metáfora muito utilizada pelos que se dizem liberais individualistas: “a maré alta eleva todos os barcos” (cf. ZAMAGNI, 2012, p.33). Assim devemos considerar que o bem-estar dos cidadãos está em função da prosperidade econômica e está também ligado às relações de mercado, de modo que a verdadeira prioridade econômica assegura as condições que favorecessem o desenvolvimento dos mercados (cf. ZAMAGNI, 2012, p.33).

A Sagrada Escritura nos mostra vários exemplos de como devemos lidar com as situações de diferenças sociais. Os profetas em inúmeros relatos acusam os reis e os poderosos de se preocuparem com o enriquecimento sem cuidar daqueles a quem deveriam servir: “Não sabem viver com honestidade – oráculo de Javé – aqueles que em seus palácios entesouram violência e opressão” (Am 3,10). O profeta Amós viveu há mais de 2.600 anos, presenciando as injustiças dos poderosos, mas parece que fala para nós, nos dias de hoje, diante de tantas injustiças e de inúmeras formas de enriquecimento ilícito.

Além desse, a Bíblia nos mostra como não devemos ser desonestos e que devemos viver a partilha no amor fraterno, assim como João Batista:

As multidões perguntavam a João: ‘O que é que devemos fazer?’. Ele respondia: ‘Quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem. E quem tiver comida, faça a mesma coisa’. Alguns cobradores de impostos também foram para ser batizados e perguntaram: ‘Mestre, que devemos fazer?’ João respondeu: ‘Não cobreis nada além da taxa estabelecida’. Alguns soldados também perguntaram: ‘E nós, que devemos fazer?’ Ele respondeu: ‘Não maltrateis ninguém; não façais acusações falsas e contentai-vos com o vosso salário’. (Lc 3,10-14)

Tais palavras foram proferidas com o intuito de humanizar uma sociedade tão sedenta de poder e riqueza. Deus não quer nenhum de seus filhos sofram por não terem condições de viver com dignidade. Devemos ser solidários, enquanto cristãos e encontrar nos ensinamentos de Cristo as Palavras para a nossa vida, pois a Economia de Jesus é destinada a distribuição das riquezas em prol dos mais necessitados, para que assim consiga suprir as necessidades que o Estado não consegue atender.

Como atitude concreta e exemplo de mudança de vida, prestemos a atenção em Zaqueu, o cobrador de impostos, que quando Jesus informou que iria a sua casa, logo se colocou de pé diante do Senhor e disse:

‘Senhor, vou dar metade dos meus bens aos pobres; e, se roubei alguém, vou devolver quatro vezes mais’. Jesus disse-lhe: ‘Hoje a salvação entrou nesta casa, porque também este homem é um filho de Abraão. De fato, o Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido’ (Lc 19,8-10)

Observemos o projeto de Deus, pois quando Zaqueu se redime de seus erros, este se aproxima de Deus e cresce como pessoa. Assim somos nós, devemos nos aproximar de Deus e viver em comunidade, para que possamos servir, aos irmãos. Assim devemos procurar viver em comunhão com todos, em busca de uma economia solidária, pautada nas palavras de Cristo. Por isso, uma análise interessante é encontrada em um parágrafo da Campanha da Fraternidade de 2010:

O episódio de Zaqueu termina com Jesus afirmando que “hoje aconteceu a salvação para esta casa”. Zaqueu cresceu como pessoa, se aproximou de Deus e do próximo ao fazer duas coisas: praticou a lei da justa repartição da riqueza e se dispôs a fazer a justa devolução da riqueza acumulada, devolvendo aquilo que, na verdade, não lhe pertencia por direito (Lc 19,8). Esse ideal orientou as práticas das primeiras comunidades cristãs. A comunhão vivida pelos primeiros discípulos e discípulas de Jesus (At 2,42-47; 4, 32-37) tinha implicações sociais. Sua preocupação pelos pobres, viúvas e estrangeiros não era aos seus olhos uma atividade à parte, mas uma dimensão de seu amor e culto a Deus. A evangelização e o amor a Deus não se realizam sem o amor ao próximo e o zelo pela justiça social (CONIC. 2009, n.98).

Devemos viver a solidariedade para com o próximo e que o ecumenismo seja a nossa espada na luta contra a desigualdade e os abusos, tornando-nos testemunhas da verdade e do amor de Deus para conosco. Devemos também ter a consciência de que Deus nos quer como irmãos, vivendo em um mundo mais humano e nos tratando com mais respeito, fazendo-se sempre necessário lutar pela vida, bem mais precioso dado gratuitamente por Deus, e não nos apegar e lutar apenas pelos bens materiais. Que possamos entender os ensinamentos de Cristo, o verdadeiro homem que se fez humilde para que seguissemos o seu exemplo.

Para entender tal relação de vida a serviço da economia ou economia a serviço da vida, devemos ver se o trabalho está em um patamar mais elevado que a vida, pois é importante observar tal questão para que não sejamos hipócritas em assumir algo que sabemos que está em nossos projetos pessoais.

A relação entre o trabalho e a cultura é fundamental para compreender o significado das novas estratégias solidárias. O mercado de trabalho, tão valorizado pela economia política, faz parte de um contexto histórico e cultural. Isso por um lado. A cultura de uma civilização, por sua vez, está vinculada aos sistemas produtivos. O tipo de trabalho predominante na sociedade, muitas vezes, determina a cultura (agrícola, industrial, tecnológica) (GASDA, 2011, p.186).

De fato, devemos observar a nossa conduta para que não digamos que a valorização exacerbada do trabalho está inserida na nossa cultura. Devemos nos deixar levar pela obra de Cristo e pelo trabalho com o outro, sem antes nos escravizar. Assim, buscamos uma característica para vivenciar o dia-a-dia e o trabalho que é “realizado de forma mais participativa é um instrumento privilegiado de formar e exercitar a consciência de pertença à sociedade, de responsabilidade pelos interesses em comum e de identificação com valores sociais” (GASDA, 2011, p.196).

Aqui se faz necessário elucidar algumas questões sobre bens de consumo e sua distribuição:

É preciso lembrar que a vida pressupõe também a produção de bens materiais e o modo como se produz condiciona o sistema de distribuição de bens e de riquezas. Mesmo que uma comunidade ou sociedade tenha um sistema bastante justo de distribuição de riqueza, haverá fome se sua capacidade de produção estiver abaixo do mínimo necessário – por causa, por ex., da deficiência tecnológica, escassez de matérias-primas, crise ambiental ou falta de meios de produção e de energia adequadas. A eficiência econômica se torna assim uma questão de vida e morte (SUNG, 2011, p.582).

O Papa Francisco apresenta pontos importantes de análise em sua Encíclica *Evangelii Gaudium*. Um aspecto que não passa em branco é a dependência do homem quanto aos bens materiais. Assim, se faz necessário analisar o documento, o qual afirma: “O dinheiro deve servir e não governar!” (EG 58). Tal afirmação se completa quando Francisco afirma que “os mecanismos da economia atual promovem uma exacerbção do consumo” (EG 60). E mais: “A crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano. Criámos novos ídolos” (cf. EG 55).

Temos a supervalorização de falsos ídolos, estes vinculados à economia, devemos atentar para não cultuar esses ídolos e a forma que estamos a eles envolvidos.

O problema é que muitas vezes essa oposição entre dois tipos de “salvação” é vista como uma relação de competição. Assim, a “economia de salvação”, da teologia cristã, estaria em luta contra a “salvação pela economia”; assim como uma luta entre o Deus verdadeiro versus o deus falso da economia de mercado. [...] A crítica à idolatria do mercado, isto é, à proposta de salvação pelas leis do mercado, pode se tornar assim uma crítica ao mercado ou à economia como tal. Em outras palavras, compreender o sistema econômico como um problema em si para a salvação das pessoas e para a justiça social (SUNG, 2011, p.580).

De fato, esta questão do mercado tem sido debatida com grande afinco, pois se vê a necessidade de que não se deixem levar as relações humanas apenas pelo viés econômico ou consumista.

A economia é apenas uma parte de uma cultura, mas influencia decisivamente o modo de vida das pessoas. Vivemos em uma economia de mercado que coloca o aspecto financeiro acima de todos os demais e transforma tudo em mercadoria, que valoriza pessoas pelo seu padrão de consumo, que cria vícios de acúmulo do supérfluo como forma de alguém se sentir importante. Isso ameaça pobres e não-pobres, sacrifica famílias, deforma valores e torna as pessoas vulneráveis a uma propaganda consumista insaciável (CONIC, 2009, n.61).

Para entender estas questões devemos observar e ser críticos, para que não sejamos escravos a serviço da economia em nosso ambiente de trabalho.

O trabalho significa mais do que emprego, ou ocupação remunerada. Na lógica da solidariedade, a medida principal do valor trabalho e da profissão não é o dinheiro obtido por ele ou o grau de eficiência e competitividade. Ao contrário, seu valor é medido, acima de tudo, pela sua capacidade de garantir a dignidade, a felicidade e a liberdade do trabalhador. Em uma palavra: trabalho decente (GASDA, 2011, p.199).

De fato, devemos ser mais honestos e não nos deixar levar pela ganância e pela ilusão de uma necessidade maior do que a que precisamos.

É preciso deixar bem claro que esta crítica à idolatria do mercado não significa uma crítica ao mercado em si, ou uma proposta de uma economia sem mercado. Pois, não é possível organizar um sistema econômico amplo e complexo sem relações mercantis. É uma crítica à absolutização do mercado que leva à exigência e justificação de sacrifícios de vidas humanas em nome das leis do mercado. Isso nos levaria à proposta de uma sociedade com mercado e intervenção ou regulação do Estado e da sociedade civil sobre a economia com vistas a metas sociais e ambientais (SUNG, 2011, p.585).

Porém, diante de tudo que foi dito, não podemos pensar em uma forma de viver a economia sem haver um mercado que tenha sua competição. Apresentamos como equivoco a absolutização do mercado, pois esta crítica recai não somente nas questões da economia, mas

também nas questões voltadas para o ser humano, que é diminuído, sendo apenas mais um na linha de produção, mais um que consome e mais um que se torna escravo do trabalho para produzir e sempre viver à mercê daqueles que enriquecem.

Não se pode esquecer também que a vivência humana e suas relações são pautadas no envolvimento do ser humano. Não se poderia viver, em um mundo capitalista, sem o mercado e a competição. O trabalho deve ser uma forma de viver a vida para que possa sobreviver e sustentar a família. Infelizmente, o que acontece é o sacrifício dos homens visando apenas a melhoria financeira para dar mais condições às famílias.

### **Aspectos conclusivos**

Para chegar a um pensamento não conclusivo, mas apenas reflexivo, devemos observar que estamos cada vez mais longe de viver a solidariedade evangélica pregada por Cristo. Não é possível viver sem o mercado, uma vez que com a competição se consegue uma melhora nos preços e na condição dos produtos.

De fato, o que não pode ocorrer é a absolutização do mercado, como disse Jung Mo Sung, pois quando não há condições de escolha ficamos à mercê dos idolatras e seus altos preços, levando o ser humano a sofrer as consequências. Devemos propor uma economia humanizada, uma economia participativa, uma economia volta para os que mais precisam e não somente visando lucros exorbitantes e o enriquecimento desenfreado.

Que sejamos mais humanos quando pensamos em economia e que esta economia nos leve a partilhar o pão de cada dia com aqueles que mais necessitam, em vista de uma sociedade mais humana. Assim como Cristo nos pediu que fôssemos pobres, pois a eles será dado o Reino dos Céus. Sejamos não só pobres economicamente, mas empobrecidos de toda ganância e de todo o orgulho, para que assim consigamos chegar a uma sociedade mais igualitária.

Façamos um exercício para que a Igreja seja mais próxima dos que mais precisam, dos que estão à margem da sociedade e nas periferias sofrendo com as carências e mazelas da vida desigual. Assim como Maria que acolheu o projeto de Deus no seu seio e seguiu firme até o calvário. Façamos de nós santuários de Cristo e que não sejamos iludidos pelos falsos ídolos do dinheiro e dos bens materiais.

O uso do poder aquisitivo há de ser exercido no contexto das exigências morais da justiça e da solidariedade e de responsabilidades sociais precisas: é preciso não esquecer que "o dever da caridade, isto é, o dever de acorrer com o 'supérfluo', e às vezes até com o 'necessário' para garantir o indispensável à vida do pobre" (cf. DSI, n.359).

Porém para que possamos apresentar um mercado mais igualitário não podemos deixar de lado a competitividade. O pluralismo é necessário não só no âmbito político, no qual é evidente, mas também no econômico. E uma economia pluralista, e pela democracia, tem existido distintos

princípios de organização econômica (intercambio de equivalentes, reciprocidade, redistribuição) sem que o ordenamento institucional favoreça a uns mais que outros. Em uma sociedade autenticamente liberal, é a competência efetiva, e não só a virtual, entre a oferta de vários sujeitos que estabelece como os distintos tipos de bens: bens privados, bens públicos, bens de mérito, bens relacionados (cf. ZAMAGNI, 2012, p.42).

Devemos ter a necessidade de mudar, promover uma comunhão de bens, uma economia solidária e um compromisso social com os que mais necessitam. Não devemos incitar as competições por poder, mas dar testemunho de inclusiva solidariedade: estar atentos aos que mais necessitam e estar ao lado dos pequenos, como pediu Jesus. Não se trata somente de dar esmola ou distribuir comida, mas criar consciência dos direitos e incluir na cidadania, valorizar o trabalho, inventar novas formas de trabalho produtivo, integrar todas as pessoas em atividades remuneradas e exigir a proteção social para as pessoas em necessidade (cf. CONIC, 2009, n.114).

Que possamos viver em uma vida mais autêntica a Boa Nova de Jesus Cristo e que, no âmbito social, possamos servir a Deus e não ao dinheiro. No âmbito comunitário, que voltemos nosso olhos para aqueles que mais precisam e que estão à nossa volta. No âmbito eclesial, que sejamos uma igreja unida à palavra de Deus e sempre atenta aos mais marginalizados. E, por fim, e não menos importante, no âmbito pessoal, que tenhamos mais respeito pelo próximo e pelo planeta (cf. CONIC, 2009, n.99-102).

Cada um de nós é uma parte da Igreja, que é o Cristo vivo. Sejamos como um pai bondoso que espera o filho chegar sem julgar e que o abraça com afeto e carinho. Sejamos como a mãe que consola diante das dificuldades. Assim conseguiremos ver no outro o ser humano, para que juntos façamos uma sociedade mais igualitária e de proporções mais humanas.

## **Referências**

BIBLÍA DE JESURALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, decretos e declarações*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONIC. *Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010: Texto-Base*. Brasília, Edições CNBB. 2009.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Loyola, 2013.

GASDA, Élio. *Trabalho e Capitalismo Global: atualidade da doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011.

PONTIFÍCIO CONSELHO "JUSTIÇA E PAZ". *Compêndio da doutrina social da igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011.

SUNG, Jung Mo. Religião e economia: interfaces. *Concilium. Economia e Religião*, n.343, Petrópolis-RJ: Vozes, 2011/5.

ZAMAGNI, Stefano. Humanizar la economía. Elementos contra la resignación y la utopía. In: *Por una economía del bien común*. Madrid: Ciudad Nueva, 2012, p.23-48.